



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa reestruturar o cargo de Advogado do quadro de servidores efetivos do Legislativo Municipal.

A reestruturação amplia a responsabilidade do advogado, descrevendo funções as quais são inerentes ao mesmo, e que não constam na redação original da Lei 215/2010, buscando aperfeiçoá-la.

O advogado representa a Câmara Municipal judicial e extrajudicialmente, dando assessoria tanto aos vereadores, quanto aos servidores desta Casa.

Desde a criação do cargo, as atribuições do mesmo tem se mantido, sendo que, com o decorrer dos tempos, várias atribuições foram incorporadas, sem contudo constar na redação legislativa.

Assim, apresento o presente projeto, para que o mesmo seja apreciado e votado pelos colegas.

Três Barras do Paraná, 18 de maio de 2020.

Isabel Cristina Pereira Costa

Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

Anexo I – Projeto de Lei nº 06/2020

Tabela Salarial - Progressão Horizontal

Quadro Efetivo

Símbolo	Inicial	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
6 – F	7.861,64	8.018,87	8.176,11	8.333,34	8.490,57	8.647,80	8.805,04	8.962,27	9.119,50	9.276,74	9.433,97	9.591,20	9.748,43	9.905,67	10.062,90	10.220,13	10.377,36	10.534,60

fi



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 06/2020 DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

A Comissão de “**JUSTIÇA E REDAÇÃO**”, composta pelos vereadores: **VALDECIR BORGES, OSMAR ZORSI E ELI DO CARMO S. TEODORO**, reuniram-se em data de 18/05/2020 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 06/2020** do Legislativo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

É O PARECER

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 18 de maio de 2020.


VALDECIR BORGES

Presidente


OSMAR ZORSI

Secretário


ELI DO CARMO S. TEODORO
Membro

Instituto de Previdência dos Serv. Públicos do												
Manutenção dos Tíjuicos do Sul Prev												
TOTAL (III) = (I + II)												
	0,00	2.690,00	2.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.690,00	2.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.772.526,59	2.507.827,41	2.737.328,51	39.811,00	3.503.214,49	800,00	1.009.333,59	676.004,07	539.055,19	12.939,06	458.139,34	3.961.353,83

Publicado por:
Tiago de Almeida
Código Identificador:F2646BE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 1986/20

SÚMULA: ALTERA VENCIMENTOS E REESTRUTURA A CARREIRA DO CARGO DE ADVOGADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Três Barras do Paraná aprovou, e Eu, Hélio Kuersten Bruning, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º – Fica alterada e reestruturada a carreira do cargo de Advogado, constante na Lei 215/2010, de 30 de março de 2010, conforme esta Lei.

Art. 2º – Fica criado o Símbolo “6.F” no Anexo I da Lei 215/2010, com a redação dada pelo Anexo I da Lei 1961/2020, de 03 de março de 2020.

Art. 3º – O cargo de advogado passa a ter o Símbolo “6.F”, com a remuneração inicial de R\$ 7.861,64 (sete mil oitocentos e sessenta e um reais com sessenta e quatro centavos).

Art. 4º – O Anexo V da Lei 215/2010 passa a ter a seguinte descrição para o cargo de advogado:

“Cargo: Advogado

Tarefas habituais:

- Exercer a advocacia no âmbito de interesse da Câmara Municipal, inclusive quando for parte ou interessada em processos judiciais;
- Orientar e assessorar juridicamente a Câmara Municipal, vereadores e servidores, sempre que necessário;
- Emitir parecer verbal sobre matéria objeto de consulta;
- Emitir pareceres pessoais e escritos, fundamentados e conclusivos quando requisitado;
- Manifestar-se sobre a aplicação da legislação e jurisprudência quando requisitado;
- Participar da elaboração, exame ou revisão dos projetos de leis de iniciativa do Poder Legislativo;
- Emitir pareceres nos processos licitatórios;
- Promover a defesa da Câmara, dos vereadores e servidores, quando forem acionados, procurando a conciliação entre as partes, em todos os conflitos, fazendo os acordos favoráveis aos que estiverem defendendo;
- Orientar os trabalhos legislativos, para que não haja violação das leis ou regulamentos, denunciando as ilegalidades e irregularidades que possam trazer transtornos à Câmara Municipal e ao Município, seus vereadores e servidores, defendendo-os contra atos de violação de direito praticados por terceiros;
- Elaborar e emitir pareceres e proposições que dependerem de conhecimentos jurídicos que forem necessários para o fiel desempenho e regularidade administrativa da Câmara Municipal.

Requisitos para provimento:

- Escolaridade: Curso superior em direito, com inscrição regular na OAB;
- Experiência: não exigida;
- Iniciativa: planeja suas atividades, executa tarefas de natureza complexas e especializadas, que exigem conhecimentos técnicos e jurídicos, constante atualização e aperfeiçoamento, bem como capacidade e discernimento para a tomada de decisões;
- Esforço físico: nenhum;
- Esforço mental: atenção e raciocínio constantes;
- Esforço visual: normal;

- Responsabilidade: coordena e supervisiona os processos administrativos e jurídicos junto à Câmara Municipal;
- Ambiente de trabalho: normal, entretanto, poderá ser exigido a prestação de serviços à noite, sábados, domingos ou feriados, dependendo da prévia comunicação."

Art. 5º – A progressão horizontal do cargo fica conforme Anexo I desta Lei, passando a ser parte integrante do Anexo II da Lei 1961/2020, referente aos servidores do Quadro Efetivo.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, aos 19 de Maio de 2020.

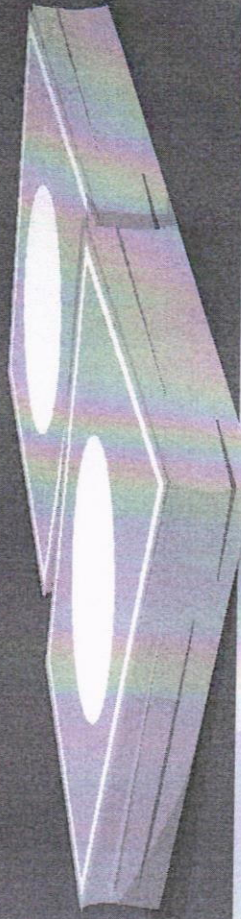
HELIO KUERTEN BRUNING
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná																		
Anexo I – Lei nº 1986/2020																		
Tabela Salarial - Progressão Horizontal																		
Quadro Efetivo																		
Símbolo	Inicial	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
6 – F	7.861,64	8.018,87	8.176,11	8.333,34	8.490,57	8.647,80	8.805,04	8.962,27	9.119,50	9.276,74	9.433,97	9.591,20	9.748,43	9.905,67	10.062,90	10.220,13	10.377,36	10.534,60

Publicado por:
Marisete Ap. Fernandes
Código Identificador:0AB05E57

MAIS POR MENOS

PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL GERA
UMA **ECONOMIA DE ATÉ 90%** NOS
CUSTOS COM PUBLICAÇÕES.
MENOS GASTOS, MAIS RECURSOS
PARA INVESTIR NO MUNICÍPIO.



PARA INFORMAÇÕES
41. 3223.5733
diariooficial@amp.org.br



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

- Promover a defesa da Câmara, dos vereadores e servidores, quando forem acionados, procurando a conciliação entre as partes, em todos os conflitos, fazendo os acordos favoráveis aos que estiverem defendendo;
- Orientar os trabalhos legislativos, para que não haja violação das leis ou regulamentos, denunciando as ilegalidades e irregularidades que possam trazer transtornos à Câmara Municipal e ao Município, seus vereadores e servidores, defendendo-os contra atos de violação de direito praticados por terceiros;
- Elaborar e emitir pareceres e proposições que dependerem de conhecimentos jurídicos que forem necessários para o fiel desempenho e regularidade administrativa da Câmara Municipal.

Requisitos para provimento:

- Escolaridade: Curso superior em direito, com inscrição regular na OAB;
- Experiência: não exigida;
- Iniciativa: planeja suas atividades, executa tarefas de natureza complexas e especializadas, que exigem conhecimentos técnicos e jurídicos, constante atualização e aperfeiçoamento, bem como capacidade e discernimento para a tomada de decisões;
- Esforço físico: nenhum;
- Esforço mental: atenção e raciocínio constantes;
- Esforço visual: normal;
- Responsabilidade: coordena e supervisiona os processos administrativos e jurídicos junto à Câmara Municipal;
- Ambiente de trabalho: normal, entretanto, poderá ser exigido a prestação de serviços à noite, sábados, domingos ou feriados, dependendo da prévia comunicação."

Art. 5º – A progressão horizontal do cargo fica conforme Anexo I desta Lei, passando a ser parte integrante do Anexo II da Lei 1961/2020, referente aos servidores do Quadro Efetivo.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, aos 18 de Maio de 2020.

Isabel Cristina Pereira Costa
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

Protocolo n° 11871

Data: 18/05/2020 Hora: 17:10

Documento: Projeto Lei Legislativo

PROJETO DE LEI N.º 06/2020

APROVADO EM ÚNICA SESSÃO

Dia 18 / 05 / 20

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

Origem: Câmara Municipal

Resp. pelo recebimento: Símler Vitorino

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

SÚMULA: ALTERA VENCIMENTOS E REESTRUTURA A CARREIRA DO CARGO DE ADVOGADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Três Barras do Paraná aprovou, e Eu, Hélio Kuerten Bruning, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º – Fica alterada e reestruturada a carreira do cargo de Advogado, constante na Lei 215/2010, de 30 de março de 2010, conforme esta Lei.

Art. 2º – Fica criado o Símbolo “6.F” no Anexo I da Lei 215/2010, com a redação dada pelo Anexo I da Lei 1961/2020, de 03 de março de 2020.

Art. 3º – O cargo de advogado passa a ter o Símbolo “6.F”, com a remuneração inicial de R\$ 7.861,64 (sete mil oitocentos e sessenta e um reais com sessenta e quatro centavos).

Art. 4º – O Anexo V da Lei 215/2010 passa a ter a seguinte descrição para o cargo de advogado:

“Cargo: Advogado

Tarefas habituais:

- Exercer a advocacia no âmbito de interesse da Câmara Municipal, inclusive quando for parte ou interessada em processos judiciais;
- Orientar e assessorar juridicamente a Câmara Municipal, vereadores e servidores, sempre que necessário;
- Emitir parecer verbal sobre matéria objeto de consulta;
- Emitir pareceres pessoais e escritos, fundamentados e conclusivos quando requisitado;
- Manifestar-se sobre a aplicação da legislação e jurisprudência quando requisitado;
- Participar da elaboração, exame ou revisão dos projetos de leis de iniciativa do Poder Legislativo;
- Emitir pareceres nos processos licitatórios;